

Repom S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, sem comparação com o exercício anterior devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 6º da Circular BACEN nº 3.833/2017 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, uma vez que a Companhia recebeu a autorização de instituição de pagamento pelo BACEN em 30 de abril de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

REPOM S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento à Circular nº 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Diretoria da Repom S.A. (“Companhia” ou “Repom”), tem o prazer de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

A Repom, faz parte do Grupo Edenred, que, há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

O aumento da receita operacional está substancialmente ligado ao crescimento do portfólio e das novas vendas relacionadas as soluções de gestão de frete. Este crescimento reflete o crescimento de volume financeiro operado na plataforma. Houve também um forte desempenho da solução de pedágio eletrônico, lançado a menos de 2 anos.

Trabalhando sempre para atender os clientes com excelência operacional e soluções escaláveis e inovadoras, permitiu o crescimento em um ritmo acelerado no segundo semestre de 2019 em todas as linhas de frente de negócios e em linha com os objetivos estratégicos.

Em 30 de abril de 2019, a Repom recebeu autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

REPOM S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2019 R\$ mil
CIRCULANTE		273.661
DISPONIBILIDADES	4	1.886
APLICAÇÕES INTERFINACEIRAS DE LIQUIDEZ Aplicações no mercado aberto	5	80.212 80.212
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS Carteira própria - Livres	6	70.240 70.240
OUTROS CRÉDITOS Rendas a receber Diversos (-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7 8	119.785 99.754 23.191 (3.160)
OUTROS VALORES E BENS Despesas antecipadas		1.538 1.538
NÃO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		36.952
APLICAÇÕES INTERFINACEIRAS DE LIQUIDEZ Aplicações no mercado aberto	5	2.594 2.594
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS Carteira própria - Livres Instrumentos financeiros derivativos	6	18.290 14.211 4.079
OUTROS CRÉDITOS Diversos	7	16.068 16.068
PERMANENTE		45.332
IMOBILIZADO DE USO	10	5.428
Imóveis Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		2.087 9.936 (6.595)
INTANGÍVEL Ativos intangíveis (Amortização acumulada)	11	39.904 67.438 (27.534)
TOTAL DO ATIVO		355.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2019 R\$ mil
CIRCULANTE		264.124
DEPÓSITOS	12	86.991
Outros depósitos		86.991
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	13	113.436
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		113.436
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	63.697
Sociais e estatutárias	14.a	18.234
Fiscais e previdenciárias	14.b	7.112
Diversas	14.c	38.351
NÃO CIRCULANTE E EXIGIVEL A LONGO PRAZO		11.543
OUTRAS OBRIGAÇÕES		11.543
Fiscais e previdenciárias	14.b	9.896
Diversas	15	1.647
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	80.278
Capital social	16.a	27.897
Reservas de capital	16.d	48.261
Reservas de lucros		2.317
Ajustes de avaliação patrimonial		1.803
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		355.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

	Nota Explicativa	2019	
		2º Semestre R\$ mil	Exercício R\$ mil
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	17	6.411	13.103
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.a	5.458	10.961
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b	953	2.142
DESPESA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	8	(740)	(980)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(740)	(980)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		5.671	12.123
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		22.291	35.135
Receitas de prestação de serviços	18	64.673	119.807
Despesas de pessoal	19	(10.911)	(24.178)
Outras despesas administrativas	20	(19.994)	(38.870)
Despesas tributárias	21	(5.331)	(9.919)
Outras receitas operacionais	22	4.141	6.692
Outras despesas operacionais	22	(10.287)	(18.397)
RESULTADO OPERACIONAL		27.962	47.258
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(13)	(62)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		27.949	47.196
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23	(11.475)	(16.293)
Provisão para imposto de renda		(4.250)	(4.895)
Provisão para contribuição social		(1.700)	(1.935)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.525)	(9.463)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(1.585)	(1.974)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		14.889	28.929
Quantidade de cotas		3.680	3.680
Lucro líquido por cota		4,05	7,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
Valores em R\$ mil

Nota Explicativa	Capital Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros		Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		Acumulados	Total	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (REAPRESENTADO)	27.897	48.261	1.357	-	1.728	4.662	83.905	
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge accounting" de fluxo de caixa, líquido de impostos	16.e	-	-	-	75	-	75	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	14.889	14.889	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	16.c	-	-	-	-	(18.234)	(18.234)	
Ajustes de alterações de práticas contábeis		-	-	-	-	(357)	(357)	
Destinação de reservas estatutárias		-	-	960	-	(960)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	27.897	48.261	1.357	960	1.803	-	80.278	

Nota Explicativa	Capital Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/ Prejuízos		Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		Acumulados	Total	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	27.897	48.261	1.357	18.051	1.140	(9.735)	86.971	
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge accounting" de fluxo de caixa, líquido de impostos	16.e	-	-	-	663	-	663	
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	16.c	-	-	(18.051)	-	-	(18.051)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.929	28.929	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício		-	-	-	-	(18.234)	(18.234)	
Destinação de reservas estatutárias		-	-	960	-	(960)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	27.897	48.261	1.357	960	1.803	-	80.278	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores em R\$ mil)

	Nota Explicativa	2019	
		2º Semestre R\$ mil	Exercício R\$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre / exercício		14.889	28.929
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre / exercício:			
Depreciação e amortização	10 e 11	4.772	9.509
Ganho / perda na baixa/venda de imobilizado e intangível		-	2
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	(183)	102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	740	980
Provisão para participação nos resultados		1.585	1.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.525	9.463
Lucro líquido ajustado		27.328	50.959
Decréscimo/acrédito nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações		(2.594)	(2.594)
Títulos e valores mobiliários		106.884	84.979
Outros créditos		(44.663)	(70.655)
Despesas antecipadas		102	(137)
Depósitos		24.843	40.256
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		59.787	69.659
Outras obrigações		(73.215)	(62.235)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(5.457)	(6.274)
Total de decréscimo/acrédito nos ativos e passivos operacionais		65.687	52.999
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		93.015	103.958
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado/intangível	10 e 11	(7.864)	(14.450)
Alienação de imobilizado/intangível		70	2.055
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(7.794)	(12.395)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos distribuídos e pagos		(10.787)	(25.787)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(10.787)	(25.787)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre / exercício		7.664	16.322
No fim do semestre / exercício		82.098	82.098
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.434	65.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom") iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HDFGT S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN", as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – ("COSIF") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 3.566/08
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 3.604/08
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 3.750/09
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.007/11
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 3.973/11
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução CMN nº 4.424/15

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros;
- ii) Provisão para perdas e créditos de liquidação duvidosa;
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado;
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis,
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.
- vii) A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em virtude da Repom ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 30 de abril de 2019, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Repom optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular BACEN nº 3.833/2017 de não apresentar as informações comparativas de 31 de dezembro de 2018 por se tratar da primeira demonstração financeira do semestre e exercício findos em 31 dezembro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em operações compromissadas com prazo original de vencimento de até 90 dias, não estando sujeitos a um risco significante de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Negociação: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias "negociação" e "mantidos até o vencimento".

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

- (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e

(ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02):

- "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- "Hedge" de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Outros créditos

São representados, substancialmente, pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

A rubrica também é composta pelos valores correspondentes aos créditos tributários da Companhia.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Dentro do grupo de "outros créditos" a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios – 10%, veículos – 20%, maquinas e equipamentos – 10%, equipamentos de informática – 20%, instalações – 10%, benfeitorias em imóveis de terceiros – 20%, equipamento de telecomunicação – 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento - 14.29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

i) Outros depósitos

Os valores registrados na conta de outros depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Relações interfinanceiras

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações - diversas

Os valores registrados no grupo de outras obrigações - diversas referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no patrimônio líquido.

n) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31.12.2019

Disponibilidades:

Depósitos bancários	1.834
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (i)	52
Aplicações compromissadas em letras financeiras do tesouro (ii)	75.919
Aplicações no mercado aberto de curto prazo (iii)	4.293
Total	<u>82.098</u>

(i) São compostos por valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

(ii) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro. O saldo de R\$54.930 está vinculado a garantia dos saldos de moeda eletrônica, o restante do saldo, livre para movimentação.

(iii) Referem-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos privados – debêntures, consideradas para compor o total de caixa e equivalentes de caixa.

O montante de R\$86.991 está vinculado a garantia dos saldos de moedas eletrônicas, conforme determinado pela Circular Bacen nº 3.705/14. A Administração realizou a adequação da alocação desses investimentos em títulos públicos federais, conforme mencionado na NE 25.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

31.12.2019

Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações no mercado aberto curto prazo (*)	4.293
Aplicações no mercado aberto longo prazo (*)	2.594
Aplicações compromissadas – letras financeiras do tesouro – nota nº 4	75.919
Total	<u>82.806</u>

(*)Referem-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos privados - debêntures.

b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Aplicações no mercado aberto	356	591
Total	<u>356</u>	<u>591</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "disponíveis para venda", composto pelos saldos apresentados abaixo:

a) Composição por classificação

	31.12.2019	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Disponível para venda		
Carteira própria		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (i)	84.451	84.451
Total	<u>84.451</u>	<u>84.451</u>

(i) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 95,5% até 111,5% do CDI.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

a.1) Composição por vencimento

	31.12.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Disponível para venda			
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	70.240	14.211	84.451
Total	<u>70.240</u>	<u>14.211</u>	<u>84.451</u>

a.2) Resultado com títulos e valores mobiliários

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Resultado de títulos renda fixa	5.102	10.370
Total	<u>5.102</u>	<u>10.370</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b) Instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2019	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	1.347	4.079
Total	<u>1.347</u>	<u>4.079</u>

b.1) Composição por vencimento

	31.12.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Instrumentos financeiros derivativos			
“Swap”	-	4.079	4.079
Total	<u>-</u>	<u>4.079</u>	<u>4.079</u>

b.2) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2019	
	2º Semestre	Exercício
“Swaps” Pré fixado x CDI	953	2.142
Total	<u>953</u>	<u>2.142</u>

c) Hedge contábil

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de *hedge accounting*, obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de Swaps que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o *hedge* de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de “hedge” contábil de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019:

Banco	Vencimento	Valor de referência ("notional")	Banco		Companhia		Efetividade
			Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a receber	
Itaú	01/10/2021	40.000	Prefixada	8,78%	100% CDI	4.079	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como “Hedge” de risco de mercado.

7. OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	<u>31.12.2019</u>
Contas a receber de clientes (i)	99.754
Total	<u>99.754</u>
Curto prazo	99.754

- (i) São constituídos pelos valores a receber de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.

b) Diversos

	<u>31.12.2019</u>
Impostos a compensar	5.071
Antecipação a fornecedores	3.783
Antecipação a funcionários	46
Devedores diversos – País	1.774
Impostos diferidos – nota 23b	28.547
Depósitos judiciais	38
Total	<u>39.259</u>
Curto prazo	23.191
Longo prazo	16.068

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 está detalhada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	2.180
Adições	240
Saldo final em 30.06.2019	<u>2.420</u>
Adições	740
Saldo final em 31.12.2019	<u>3.160</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2019, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

31.12.2019

Patrimoniais

Ativo:

Ticket Serviços S.A.	354
Ticket Soluções HDFGT S.A.	103
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	2

Passivo:

Ticket Serviços S.A. (i)	(743)
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(497)
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	(1)

Despesas com prestação de serviço:

Ticket Serviços S.A. (i)	(1.061)
--------------------------	---------

Despesas com compartilhamento de serviços

Ticket Serviços S.A. e Ticket Soluções HDFGT S.A. (ii)	(3.745)
--	---------

(i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição) aos empregados da Repom.

(ii) Referem-se ao compartilhamento de serviços entre as empresas.

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$1.231. Esse valor foi registrado na rubrica “Despesa de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo. A Administração não possui e nem concede benefícios pós-aposentadoria ou outros benefícios de longo prazo.

10. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

		31.12.2019		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	587	(73)	514
Veículos	20	25	(25)	-
Máquinas e equipamentos	10	18	(2)	16
Equipamentos de informática	20	9.250	(5.982)	3.268
Instalações	10	3	(3)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.087	(478)	1.609
Equipamentos de telecomunicação	10	53	(32)	21
Total		<u>12.023</u>	<u>(6.595)</u>	<u>5.428</u>

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2019
Saldo inicial em 31.12.2018	5.755
Adições	181
Baixas	(56)
Depreciação (*)	(696)
Saldo final em 30.06.2019	<u>5.184</u>
Adições	1.031
Baixas	(5)
Depreciação (*)	(783)
Saldo final em 31.12.2019	<u>5.428</u>

(*) incluída na rubrica de "outras despesas administrativas", no resultado do exercício

11. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

		31.12.2019		
	Taxa anual de amortização - - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ativos intangíveis gerados internamente (*)	14,29	60.466	(22.746)	37.720
Software	20	6.965	(4.788)	2.177
Marcas e patentes	-	7	-	7
Total		<u>67.438</u>	<u>(27.534)</u>	<u>39.904</u>

(*) referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes.

b) Movimentação do intangível

31.12.2019

Saldo inicial em 31.12.2018	36.692
Adições	6.404
Baixas	(1.878)
Amortização	(4.041)
Saldo final em 30.06.2019	<u>37.177</u>
Adições	6.833
Baixas	(117)
Amortização	(3.989)
Saldo final em 31.12.2019	<u>39.904</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito nas notas explicativas nº 3. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas e não houve baixas de ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

12. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

31.12.2019

Outros depósitos	86.991
Total	<u>86.991</u>

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

31.12.2019

Transações de pagamento (i)	113.436
Total	<u>113.436</u>

- (i) Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

31.12.2019

Dividendos a pagar	18.234
Total	<u>18.234</u>
Curto prazo	18.234

b) Fiscais e previdenciárias

31.12.2019

Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	1.360
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	932
Impostos e contribuições sobre salários	974
Provisões para impostos e contribuições diferidos – Nota 23b	<u>13.742</u>
Total	<u>17.008</u>
Curto prazo	7.112
Longo prazo	9.896

c) Diversas

31.12.2019

Despesas de pessoal	5.751
Credores diversos – País (i)	2.841
Obrigações por transações de pagamento (ii)	16.155
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	3.006
Provisões para contingências – nota nº 15	1.647
Outras despesas administrativas	4.634
Outros pagamentos (iii)	<u>5.964</u>
Total	<u>39.998</u>
Curto prazo	38.351
Longo prazo	1.647

(i) Antecipações recebidas de clientes.

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados.

15. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	31.12.2018	Constituição	Reversão	31.12.2019
Tributários (i)	1.509	17	-	1.526
Trabalhistas (ii)	36	304	(219)	121
Total	<u>1.545</u>	<u>321</u>	<u>(219)</u>	<u>1.647</u>

- (i) Referem-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados.
- (ii) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza trabalhista, no qual há probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R\$ 1.565, sendo R\$546 relativas as ações judiciais de natureza trabalhista e R\$1.019 as ações judiciais de natureza cível.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 27.897 representados por 3.680.200 cotas no valor nominal de R\$ 7,58 cada uma, assim distribuídas:

	%	31.12.2019
Ticket Soluções HDFGT S.A.	100	27.897
Total	<u>100</u>	<u>27.897</u>

b) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital social. Conforme artigo 193, da lei 6.404/76, deve ser constituída como destinação de 5% do lucro líquido e não poderá exceder 20% do capital social. Com base no mesmo artigo, §1º, a Repom optou por não constituir a reserva legal, uma vez que o parágrafo menciona que a companhia pode deixar de constituir a reserva legal do exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceder 30% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, com base neles, autoriza a distribuição de dividendos mediante a deliberação da Diretoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os dividendos mínimos obrigatórios são de R\$18.234, conforme percentual estabelecido no Estatuto Social de 95% do resultado ajustado do período após reserva legal.

d) Reserva de capital

O valor de R\$48.261 registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, e as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador.

e) Avaliação de ajuste patrimonial

A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como “hedge” contábil de fluxo de caixa é como segue:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo inicial em 31.12.2018	1.728	(588)	1.140
Movimentação	890	(302)	588
Saldo final em 30.06.2019	2.618	(890)	1.728
Movimentação	114	(39)	75
Saldo final em 31.12.2019	2.732	(929)	1.803

17. RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

	2º Semestre	Exercício	2019
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários – nota 6	5.458	10.961	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos – nota 6	953	2.142	
Total	6.411	13.103	

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Cartão Repom (i)	14.865	28.476
Taxa de utilização – “Rede Mastercard” (ii)	11.402	20.455
Taxa sobre postos credenciados (iii)	20.131	38.500
Outras receitas (iv)	8.982	14.849
Tarifas bancárias	4.446	7.849
Taxa de adesão cartão Repom	2.728	5.730
Taxa de serviços sobre o sistema “VPR”	1.888	3.422
Taxa de credenciamento de estabelecimento	231	526
Total	64.673	119.807

- (i) Correspondem às receitas de clientes, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados.
- (ii) Correspondem às receitas de tarifas sobre operações de saque Mastercard.
- (iii) Correspondem às receitas de estabelecimentos, provenientes do consumo realizado pelo portador nos postos credenciados, bem como taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões.
- (iv) Referem-se substancialmente a receitas com gestão de despesa, taxas de adesão, taxas de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.

19. DESPESAS DE PESSOAL

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Proventos	(5.928)	(11.922)
Encargos sociais	(2.974)	(6.550)
Benefícios	(1.532)	(4.924)
Treinamento	(465)	(745)
Estagiários	(12)	(37)
Total	(10.911)	(24.178)

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	(7.969)	(14.999)
Despesas de depreciação e amortização	(4.464)	(9.509)
Despesas de propaganda e publicidade	(2.778)	(4.772)
Despesas de processamento de dados	(1.066)	(1.995)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(543)	(1.272)
Despesas de viagem no país	(634)	(1.338)
Despesas de promoções e relações públicas	(345)	(988)

Despesas de comunicação	(513)	(1.007)
Despesas de transporte	(172)	(630)
Despesas com aluguéis	(706)	(1.033)
Outras despesas administrativas	(426)	(715)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(126)	(226)
Despesas de material	(151)	(273)
Outros	(101)	(113)
Total	(19.994)	(38.870)

21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Despesa de ISS	(1.002)	(1.864)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(751)	(1.438)
Despesa de contribuição ao COFINS	(3.524)	(6.467)
Outras despesas tributárias	(54)	(150)
Total	(5.331)	(9.919)

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Outras rendas operacionais (i)	2.261	4.812
Reversão de provisões operacionais-Outras (ii)	1.880	1.880
Total outras receitas operacionais	4.141	6.692
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (iii)	(5.843)	(10.440)
Outras despesas operacionais (iv)	(3.819)	(6.891)
Outras	(625)	(1.066)
Total outras despesas operacionais	(10.287)	(18.397)
Total	(6.146)	(11.705)

- (i) Referem-se às taxas de inatividade sobre saldo remanescente dos cartões VPR.
- (ii) Referem-se, substancialmente, a reversões de provisões de riscos de períodos anteriores, mediante ao recebimento do seguro contratado.
- (iii) Referem-se as despesas de processamento e manutenção de emissões de cartões, bem como custos sobre operações de saque.
- (iv) Referem-se substancialmente ao custo sobre a operação de pedágio eletrônico e outras despesas como descontos, baixas e variações monetárias.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do exercício.

	2019	
	2º Semestre	Exercício
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	27.949	47.196
Participações estatutárias no lucro	(1.585)	(1.974)
Base de cálculo	26.364	45.222
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(8.964)	(15.376)
Efeito das adições/exclusões do período:		
Diferenças permanentes (i)	(2.511)	(917)
Despesa de IRPJ e CSLL	(11.475)	(16.293)

(i) As principais diferenças permanentes referem-se principalmente as despesas com brindes, multas, patrocínio e ativação de despesas permanentes.

- b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

	31.12.2018	Movimentação	31.12.2019
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	23.620	(3.935)	19.685
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	6.522	(3.142)	3.380
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	-	552	552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	741	333	1.074
Provisão para bônus e Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.395	(260)	1.135
Outras provisões	2.654	68	2.722
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo - nota 7	34.932	(6.384)	28.547
Perdas ou ganhos não realizadas com instrumentos financeiros derivativos - "swap"	(588)	(341)	(929)
Capitalização de custos com desenvolvimento de softwares	(9.735)	(3.078)	(12.813)
Total de crédito tributário de IR e CS - Passivo - nota 14b	(10.323)	(3.419)	(13.742)
Total de crédito tributário de IR e CS - líquido	24.609	(9.803)	14.805

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social era de R\$9.940, o qual será compensado com lucros a serem gerados no futuro, limitados à razão de 30% ao ano do lucro tributável, bem como por diferenças temporárias.

A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

Ano	31.12.2019 Créditos tributários
2020	12.517
2021	5.172
<u>2022 a 2025</u>	<u>10.858</u>
Total	<u>28.547</u>

24. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Repom possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida pelo Grupo Edenred.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos, publicado em nosso site (<https://www1.repom.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Estrutura-de-Risco-de-Liquidez-Repom.pdf>).

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

"Hedge" de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos".

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo de "swap" junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$40.000, com vencimento em 01 de outubro de 2021, substituindo a taxa variável pela taxa fixa anual.

O "swap" foi considerado de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional como aval da Edenred S.A., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme resposta ao Ofício nº26072/2019, enviada e acatada pelo BACEN, em 06 de janeiro de 2020, a Repom adequou o seu caixa para a alocação de 100% dos recursos mantidos em contas de pagamento na aplicação de títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custodia (Selic) conforme exigência da Circular nº 3.681, capítulo VIII de 04 de novembro de 2013.

Devido às incertezas derivadas dos efeitos do Covid-19, a Administração está acompanhando o volume das suas operações, principalmente durante o mês de março de 2020 até a data de hoje. Por se tratar de estágio inicial de proliferação do vírus COVID-19 no Brasil deve-se observar a evolução dessa situação nas próximas semanas, desta forma a Repom ainda não tem como quantificar ou estimar eventuais impactos financeiros em suas demonstrações financeiras.

Gilles Attolini
Representante legal

Leandro Rocha Rovarotto
Contador CRC-1SP 258907/O-4